

O próximo desafio:
a greve geral do dia 12

EM TEMPO:

Periódico Nacional Nº 218 15 Julho a 15 Agosto de 1987 Ano X Cz\$ 30,00

Márcia Carneval



Um grito só:

FORA SARNEY

Editorial

Pela primeira vez desde que o PT e a CUT surgiram está criada uma dinâmica combinada entre luta política e luta econômica, entre luta de massas e luta parlamentar.

O lançamento da campanha pelas diretas já não poderia ser melhor. Em Brasília, o povo não se deixou amedrontar com o estrondoso aparato de repressão montado pelo governo; em São Paulo, a praça da Sé se superlotou com algumas dezenas de milhares de pessoas.

Agora, todos os olhos, todos os esforços se voltam para a preparação da greve geral do dia 12 de agosto, que tem como alvo principal o Plano Bresser-FMI, mas que se liga também de forma resoluta com a luta democrática pelos direitos do trabalhadores na Constituinte e pelas diretas já.

A luta é uma só, o inimigo é um só. Concentrar forças, concentrar energias para golpear fundo o governo ilegítimo e antipovo de José Sarney. Um sucesso no dia 12 de agosto abrirá novas possibilidades para esta ofensiva.

O que foi o racha de O Trabalho

(págs. 10 e 11)

A cruzada moralista contra o aborto

(págs. 9 e 10)

Eleições metalúrgicas de São Paulo: um balanço necessário

(págs. 4 e 5)

A festa das diretas, em 1984, terminou em pacto fúnebre no Colégio Eleitoral. Como evitar que isso se repita?

Juarez Guimarães

Cresce a campanha das diretas. Aumenta o número das forças políticas participantes, portanto, há maior diversidade. Já no comício de Brasília, o leque já era bastante amplo: lá estavam além do PT, representantes da "ala esquerda" do PMDB, o PDT, o PSB, o PC do B e até parlamentares desgarrados do PDS. Dos que se proclamam de esquerda, só o incrível PCB estava oficialmente ausente, alegando que a campanha das diretas "divide o campo democrático".

Para o PT, coloca-se uma questão desde já: qual a relação que o PT deve manter com essas forças? É correto lutar pela ampliação sem limites classistas da frente pelas diretas-já? Ampliando o leque de alianças, como evitar que a campanha acabe perdendo seus objetivos democráticos mais profundos?

É esta a hora de testar o que aprendemos com a derrota das diretas em 84, com a campanha traída pelo PMDB e a dificuldade em que se viu o PT de contrapor uma alternativa de massas. Esta reflexão indica que a campanha das diretas-já enriquece a experiência política e exercita o movimento operário e popular na arte da ação unitária.

Hegemonia, um desafio

A situação do PT no seio da atual campanha das diretas-já é muito mais favorável do que em 1984, quando o PMDB entrou inteiro na campanha, de modo desigual, mas com toda sua máquina de governos estaduais e municipais. E isto sem o desgaste que hoje sofre. Agora, os principais parceiros do PT são a "ala esquerda" do PMDB (heterogênea e confusa sobre seu próprio destino), o PDT enfraquecido pelas derrotas eleitorais de 1986 e pela defeção do prefeito do Rio, Saturnino Braga. O PT está mais forte do que em 84, o que lhe dá melhores condições para disputar a hegemonia da campanha.

Isto não quer dizer um controle autoritário e unilateral da campanha. Concretamente, quer dizer disputar a liderança aos liberais radicalizados e ao populismo brizolista, no sentido de imprimir à campanha um conteúdo político e formas organizativas de acordo com os interesses dos trabalhadores.

Os desafios do PT na campanha das diretas



Brasília, 7 de julho: uma frente ampla no palanque das diretas

O desafio está em fortalecer e ampliar a campanha sem diluir e descaracterizar politicamente o movimento operário e popular.

O que está em disputa

O que há em comum entre os participantes da campanha das diretas é o interesse de apressar o fim do governo Sarney, embora não haja ainda consenso sobre a data das eleições. O povo demonstra de todas as formas que já não suporta mais o governo Sarney, que é um obstáculo aos objetivos políticos dos diferentes integrantes da campanha.

O que há de diferente é justamente para onde se quer ir, qual o programa, sobre que forças sociais apoiar-se e quem deve liderar o governo sucessor de Sarney. Estas diferenças se manifestaram já na própria concepção da campanha das diretas. Por exemplo:

— Brizola está engajado em um projeto de cunho fortemente personalista e populista. Quer ocupar o centro da cena, fazer da campanha um palco para sua campanha presidencial. Tenta difundir ao máximo a ilusão de que os problemas do povo serão resolvidos pela sua candidatura.

— A "ala esquerda" do PMDB está insatisfeita com o perfil diretista que o partido vem assumindo e com o consequente desgaste e desmoralização da sigla. Confusa e hetero-

gênea, formada basicamente por parlamentares, tende a valorizar centralmente o que se passa no Congresso. Procura moderar seu comportamento para não isolar-se do centro do PMDB. Alimenta a utopia de reconstituir o prestígio da legenda do PMDB.

Um caminho próprio

A luta pela hegemonia não pode significar de forma alguma um estreitamento da campanha. A luta contra o governo Sarney deve explorar cada uma das contradições de sua base política, cada fissura, cada brecha, mantendo ao mesmo tempo a independência política do PT.

O PT garantirá a liderança da campanha das diretas se for capaz de construir uma coluna vertebral, um fio de prumo político e organizativo da campanha.

Em primeiro lugar, é preciso difundir ao máximo a idéia de que o direito de eleger o presidente foi usurpado ao povo brasileiro. A luta não termina se o Congresso Constituinte, o que é bastante provável, não aprovar as diretas-já. Ao invés de submeter o movimento à decisão desse Congresso é preciso confrontá-lo com o movimento de massas e mostrar sua falta de legitimidade.

Em segundo lugar, é preciso fundir a luta pelas diretas-já com a luta do movimento operário contra o Plano Bresser-FMI. O PT não quer a forma-

lidade das eleições, eleição por eleição. O PT quer eleições livres para atacar os interesses dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros, para não pagar mais uma vez a dívida externa e, desse modo, golpear o controle da economia nacional pelos bancos estrangeiros.

Estes objetivos exigem uma constante elevação do nível de organização e consciência política dos trabalhadores e do povo. Estes problemas não se resolvem com a simples eleição de um presidente populista. Eis porque é preciso reforçar sem cessar a organização independente do PT e ampliar ininterruptamente a área de influência e ação da CUT. Quanto mais e melhor estiver organizada autonomamente, na direção e nas bases, mais difícil será tirar os destinos da campanha do controle das amplas massas.

Uma candidatura operária.

Toda essa concepção e luta pela hegemonia se canaliza naturalmente para a construção de uma candidatura própria do movimento operário e popular, alternativa mais visível e compreensível de alternativa ao governo Sarney com a perspectiva política das amplas massas trabalhadoras que estão construindo seu próprio caminho.

O candidato natural do PT é obviamente Lula. A Diretoria Nacional já começou a discutir a questão do candidato pró-

prio. A situação é diferente de 84, quando a direção nacional do PT chegou a dividir-se meio a meio sobre o apoio à "candidatura única das oposições", a manobra do lançamento da candidatura Tancredo e da ida ao Colégio Eleitoral. Agora, porém, a timidez ou omissão em lançar um candidato próprio pode ter sérias e desastrosas consequências.

A fragilidade dos "argumentos" contra a candidatura Lula não resistem à mais leve crítica:

— É uma candidatura prematura, dizem. Mas a crise do governo Sarney se aprofunda. E as candidaturas Brizola, Covas, além de Ulisses, já estão lançadas.

— Estreitaria a frente pelas diretas-já. Como se uma política ampla de alianças fosse contraditória com o aparecer com face própria.

— Lula se tornaria um alvo fácil, acusado de querer diretas em benefício pessoal. Ora, trata-se precisamente de criar um movimento político forte e irresistível pela confiança crescente dos trabalhadores em suas próprias forças. Quem melhor encarna hoje, nacionalmente, estes anseios de emancipação operária é justamente Lula.

Unidade operário e popular

Tomando a iniciativa de lançar Lula como candidato à presidência da República, o PT deveria, é claro, politizar o seu lançamento. Construir um programa de governo alternativo ao da Aliança Democrática, para cuja elaboração as definições políticas em grande parte já foram adotadas.

E mais importante ainda: dar a ela todo o potencial que ela pode ter, o de uma candidatura que centralize e unifique todas as correntes políticas que se vinculam ao movimento operário e popular. Puxada pelo PT, ela deve transcender inclusive a esfera de influência do partido: trata-se de convocar todas as correntes que se reclamam do socialismo e do movimento operário para discutir uma plataforma e candidaturas comuns. Proposta publicamente, esta iniciativa deveria ser dirigida tanto às bases como às direções das várias correntes reformistas, que hoje mantêm uma relação contraditória com a "Nova República" e que são empurradas, pela pressão dos acontecimentos, para a esquerda.

Se conduzida assim, evitados os erros de uma auto-suficiência que seria contraditória com a responsabilidade do PT em ter uma política de formação de um bloco operário e popular, ela não trará nenhum risco de isolamento político. Pelo contrário, despertará e acordará novas energias de mais setores do movimento operário e popular na luta sem tréguas contra o governo Sarney.

A marcha da greve

Envolvendo milhares de ativistas em todo o país, está em marcha o gigantesco esforço de preparação da greve geral do dia 12 de agosto.

Como afirmávamos na última edição deste jornal, o Plano Bresser-FMI elevou em muitos graus o nível de descontentamento popular. Os dois episódios do Rio — o protesto diante da comitiva de Sarney e a rebelião contra o aumento dos preços das passagens —, as vaias a Sarney no Acre, a nova onda de saques a supermercados no Rio de Janeiro e em São Paulo, o certo durante algumas horas do governador de Santa Catarina por grevistas, a ocupação também por professores em greve durante algumas horas do Palácio do governo do Rio Grande do Sul são sinais espontâneos de rebeldia e disposição de luta. Todos eles apenas estimulam o clima para a preparação da greve geral e colocam nos seus ombros uma responsabilidade ainda maior. A greve geral é exatamente uma forma de dar a estes protestos uma feição organizada, politizada e poderosa.

Profundamente vinculado ao esforço da greve geral, está também o desabrochar da campanha das diretas com os grandes sucessos dos comícios de Brasília e São Paulo. Diversamente da greve do dia 12 de dezembro, quando a participação organizada do PT foi muito tímida, agora se dá exatamente o contrário. Em São Paulo, por exemplo, a convocação à greve geral foi ponto de honra no programa estadual de tv do partido e foi feita pelo menos três vezes durante o comício na praça da Sé. É esta dinâmica — a combinação entre a campanha pelas diretas e a luta contra o Plano Bresser, que deve ser aprofundada e é a mais promissora.

Seria irresponsável, no entanto, anotar apenas estes sinais positivos e não chamar a atenção para o gigantesco esforço organizativo que está sendo exigido nestes dias que precedem a realização da greve geral. O governo Sarney desencadeará nos próximos dias uma grande ofensiva de difamações e ameaças contra a greve; os patrões usarão com energia a ameaça do desconto do dia parado e do desemprego; o governo acena com alguma concessão a ser feita no início de agosto com o sentido claro de desmobilizar.

Em São Paulo especialmente, a greve encontra um dos seus maiores inimigos na figura de Luis Antônio, recém eleito para a direção do maior sindicato do país. Ele já se posicionou contra a greve e usará a máquina do sindicato metalúrgico para bombardeá-la.

Pressão e unidade sobre a CGT

Depois de inicialmente marcar uma data indicativa para a greve no dia 15 de julho, a CUT estabeleceu através de negociações com a CGT o dia 12 de agosto como data definitiva. No dia 20 de julho, haverá uma plenária nacional da CGT para discutir a proposta da greve. Não deve ser descartada a possi-

bilidade de um recuo da CGT, mas a direção nacional da CUT afirma que os encaminhamentos da greve são irreversíveis.

Desta forma, a CUT coloca em prática uma linha correta de frente única: abrindo-se para o entendimento com a cúpula da CGT, amplia o poder de fogo de convocação da greve; ao mesmo tempo, abre um campo muito propício para a pressão sobre as bases da CGT; e, por fim, mantém uma autonomia nos encaminhamentos, precavendo-se contra um eventual recuo da CGT.

O centro da greve

A direção nacional da CUT avançou também no último período na definição do sentido da greve. Ela é voltada prioritariamente para impedir o arrocho salarial contido no Plano Bresser, exigindo a devolução dos 37,73% (referentes à perda salarial média sofrida entre março de 1986 e junho de 1987) e mais o gatilho salarial referente ao mês de junho de 1987. Além disso, reivindica gatilho mensal, a partir dos cálculos do Dieese, combatendo assim a sistemática de reajustes definida pelo Plano Bresser-FMI.

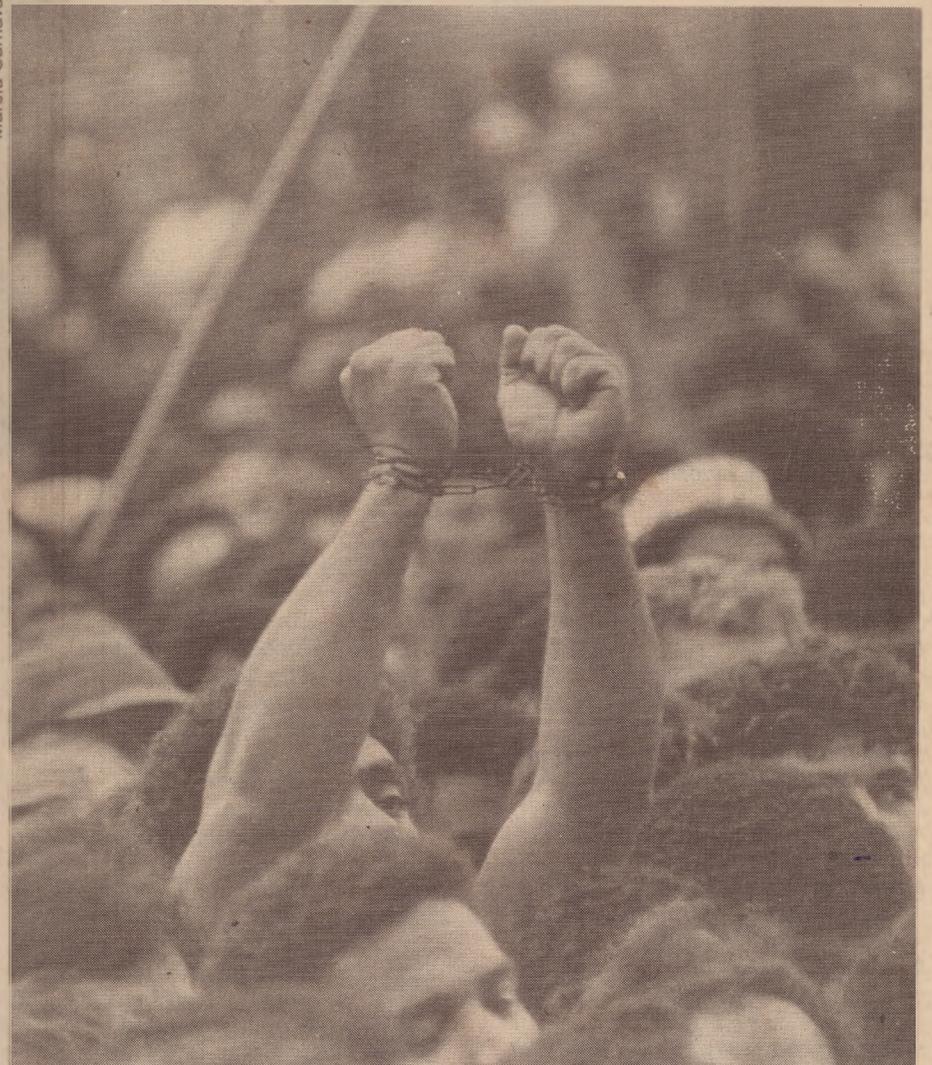
Alia estas reivindicações à exigência de não pagamento da dívida externa e a realização de uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores. Ao fazer isto, combina a luta econômica mais imediata à exigência de mudança do conjunto da política econômica.

Por último, insere a preparação da greve geral no trabalho com os abaixo-assinados exigindo os direitos dos trabalhadores na Constituinte. No ato da CUT do Rio de Janeiro, o companheiro Jair Meneguelli chegou a afirmar que “os trabalhadores vão rasgar a futura constituição em praça pública, se ela não incorporar os direitos dos trabalhadores”. A preparação da greve geral está sendo combinada também com a agitação pelo fim do governo Sarney e pela convocação das diretas já.

Caráter da greve

Mais do que um protesto contra a política econômica, a greve geral do dia 12 de agosto está sendo convocada de acordo com a direção nacional da CUT “com a perspectiva de arrancar vitórias, obter conquistas efetivas no processo de luta”. Para isso, “deve ser uma greve forte e retumbante” e se preparar para novos “períodos até que o governo recue efetivamente e atenda as nossas reivindicações”.

Essa definição é mais importante do que aparenta. O grande problema da greve geral do dia 12 de dezembro foi exatamente a ausência de uma perspectiva de continuidade. Sem que a van-



Flagrante do comício das diretas na praça da Sé, dia 12: romper as algemas

guarda esteja coesa e unificada no entendimento e que a luta prosseguirá até a obtenção de conquistas, não consegue se transmitir confiança para o engajamento das massas. Elas apenas enfrentarão as ameaças do governo e dos patrões e farão greve se estiverem convencidas de que existe a possibilidade de derrubar parcial ou completamente o Plano Bresser.

Ampliação

Outro entendimento fundamental é o de que a greve não pode ter um caráter meramente sindical. Em particular, o movimento estudantil e as diversas entidades do movimento popular em cada região do país devem ser mobilizadas para o esforço da greve. A conquista deste objetivo, além dessa orientação geral, exige uma sensibilidade específica para a situação da consciência e grau de organização destes setores.

A CUT e a CGT estão também fazendo encaminhamentos para conseguir a adesão ou o apoio dos partidos políticos. No dia 8, por exemplo, houve em São Paulo uma reunião com os partidos políticos e entidades civis para discutir a preparação da greve geral.

Um esforço especial está sendo desencadeado para o envolvimento dos trabalhadores e pequenos proprietários do campo. O dia 25 de julho será consagrado à manifestações pela reforma agrária e em defesa dos interesses dos lavradores.

Manifestações e passeatas de aquecimento, essenciais para ir criando um clima favorável à greve, estão também sendo programadas para os próximos dias.

Liberdade para Pencak e Groff

Quando do fechamento desta edição, continuavam presos o secretário-rural da CUT-Rio, Maurício Pencak, e o bioquímico pedetista, Danilo Groff. Os dois estão sendo processados pela Lei de Segurança Nacional e usados pelo governo Sarney como bodes expiatórios e alvos de intimidação da luta contra o governo Sarney.

Exigir a imediata libertação deles é um ponto de honra dos militantes do PT e da CUT em todas as manifestações.



Francisco de Souza, dirigente da Oposição Metalúrgica

Metalúrgicos de São Paulo

“É hora de retirar todas as lições da derrota”

Encerradas as eleições, tendo como resultado uma derrota de grande significado para a CUT e para o PT, abre-se um necessário debate.

De grandes acontecimentos e mesmo de grandes derrotas é preciso extrair grandes ensinamentos. Mesmo que isto não ocorra de uma só vez, que nasça de um processo de amadurecimento, o mais importante é perceber a direção inicial que este processo aponta. Particularmente neste caso, onde a CUT não se unificou e onde o PT não conseguiu dirigir suas forças militantes, cobra-se de todos que tiveram um papel ativo nestas eleições — não só no momento de votação mas principalmente na construção das condições políticas em que a CUT e o PT se viram nos momentos decisivos — um ponto de partida definido: com que objetivo devemos nos lançar neste debate?

É possível que de uma derrota desta envergadura alguém queira aumentá-la, trabalhando na avaliação e na redefinição de rumos com as mesmas armas que levaram à derrota. É o método que continuaria a colocar as diferenças internas à CUT acima de sua unidade, imaginando que se pode construir uma parte da CUT através do esmagamento de outras, igualmente cutistas. Como agora ocorreu nos metalúrgicos, isto de novo levaria à novos revezes da CUT

e ao enfraquecimento de todos que nela estão.

Não é este o método que o EM TEMPO pretende fortalecer. Ao contrário, usará suas páginas para construir posições que permitam superar as raízes desta derrota e principalmente para contribuir para que outras não se sucedam.

É neste sentido que colhemos o depoimento do companheiro Francisco de Souza, integrante da Chapa 3. Aqui o companheiro assinala um conjunto de pontos necessários a uma avaliação mais conclusiva.

Em uma primeira observação, vejo que o resultado eleitoral demonstra, antes de tudo, o crescimento da influência do sindicato na categoria. Os votos da chapa 1, chapa vitoriosa, se explicam pelo uso da máquina do sindicato para pressionar, corromper e cooptar parcelas de ativistas sindicais, pelos votos dos aposentados, pelo apoio dos patrões e pela política sistemática da pelegada de perseguição dos ativistas da oposição sindical mas também, e isso é o novo, pelos votos dos novos sócios. No último período, os sindicalizados passaram de 50 mil para cerca de 105 mil, sendo 80 mil aqueles em condições de votar. A chapa 1 foi majoritária no total de votos

nas fábricas, tendo em quase todas elas uma votação maior que a prevista pela oposição.

O peso dos erros políticos

O fator fundamental que explica o comportamento eleitoral dos novos sócios se encontra no fato de que no último período as greves foram por fábrica, isoladas, em cima de reivindicações localizadas, permitindo que a diretoria conseguisse desenvolver então um tipo de trabalho que terminou lhe rendendo votos. Expressão disso é que nas fábricas que esse trabalho foi acompanhado pelos 11 diretores que depois compuseram a chapa 2, os votos dos novos associados nessas fábricas foram, majoritariamente, para essa chapa. As fábricas onde esses votos foram majoritariamente para a chapa 1 foram aquelas acompanhadas pelos outros membros da diretoria. Só raramente esses novos sócios transferiram seus votos para a chapa 3.

Um processo de luta mais ampla, que integrasse trabalhadores de várias fábricas, teria permitido que os novos sócios compreendessem mais claramente o papel limitado e traidor dessa diretoria. Vale ressaltar que a oposição sindical não fez um bom trabalho de sindicalização, seja pela perseguição dos seus ativistas, com demissões, seja

devido as debilidades da orientação nesse sentido.

Os novos sócios

A derrota da oposição teve causas que advêm de erros políticos. Um deles foi a divisão dos cutistas na categoria. Essa divisão não era de forma alguma inevitável. Ela poderia ter sido evitada se a direção da CUT estadual tivesse aceito a proposta que lhe fez a Oposição Metalúrgica, em fevereiro de 1986, para que ela convocasse um grande congresso dos metalúrgicos de São Paulo, para se definir uma linha de atuação unitária dos cutistas na categoria. A Oposição Metalúrgica partia da compreensão que ela não abarcava o conjunto dos cutistas no setor. Acreditava que um dos pontos desse congresso seria a definição do caráter da chapa, se de oposição ou de composição com os setores da diretoria. Defendia que ela fosse de oposição, uma chapa cutista, mas estava disposta a aceitar o resultado que surgisse desse processo democrático.

Esse congresso, no entanto, não aconteceu. O processo de luta na categoria continuou a exigir respostas e orientações, e às divergências entre os setores cutistas foram se aprofundando, não apenas devido as divergências de respostas para a luta concreta, mas também, pela dinâmica da luta interna da CUT.

Ler é pensar com duas cabeças

Para receber, envie cheque nominal para a Editora Aparte, rua Francisco Leitão, nº 57, CEP 05414, São Paulo, SP.

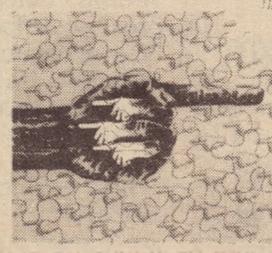
introdução ao marxismo

Introdução ao marxismo

Ernest Mandel

Mais que um manual de introdução ao marxismo, este é um livro que discute, analisa e ilumina os problemas fundamentais de nossa época — Cz\$ 100,00.

A liberdade sindical no Brasil



A liberdade sindical no Brasil

Vito Giannotti

Analisa a estrutura sindical brasileira e discute os caminhos para a sua superação — Cz\$ 50,00.

A direção estadual da CUT teve todo um comportamento sectário em relação à Oposição Metalúrgica, nesse último período. A raiz desse comportamento necessita ser colocada às claras. Acredito que tem muito a ver com o papel destacado que teve a Oposição Metalúrgica nos debates internos à CUT com a articulação majoritária, tanto a nível de São Paulo, como do último congresso nacional, no qual foi uma das principais forças impulsionadoras da articulação "CUT pela base". Seja essa a raiz ou não do comportamento da direção estadual de São Paulo em relação à Oposição Metalúrgica, o resultado concreto foi que, desde dezembro, foi cortado todo apoio material à Oposição Metalúrgica, ao mesmo tempo em que se estimulava a articulação "Alternativa Sindical", que na verdade dos fatos, foi antes de tudo um instrumento usado pela articulação majoritária da CUT para buscar sua implantação entre os metalúrgicos de São Paulo. Era e é legítimo que a articulação majoritária defendesse suas posições políticas na categoria, e até fizesse uma articulação própria. O que foi equivocado foi que realizou uma prática política sectária, que privilegiava a luta interna existente na CUT ao invés de impulsionar a unidade dos cutistas na categoria.

Por outro lado, a Oposição Metalúrgica não soube responder corretamente à essa política e terminou gastando 80% da sua energia para responder, internamente à CUT, aos questionamentos da "Alternativa Sindical" e a direção estadual da CUT, quando necessário era dedicar todo o seu esforço ao trabalho de base e, a partir daí, pressionar para a coesão da CUT. Talvez tenha sido esse equívoco um dos principais fatores que não permitiu que nós, membros da direção da Oposição Metalúrgica, verificássemos que nos últimos tempos as nossas assembleias que não passavam de 400 companheiros, estavam expressando a debilidade do nosso crescimento.

Duas ilusões

O resultado eleitoral poderia ter sido diferente caso tivesse a CUT realizado, há um ano, o congresso que unificasse politicamente a sua base na categoria, formulando uma política agressiva que ampliasse o trabalho nas fábricas, criando, com isso, a idéia de que uma chapa única cutista seria capaz de vencer as eleições. Como isso não aconteceu, a idéia de que uma chapa cutista estruturada no último mês, seria capaz de vencer as eleições, não passava de uma ilusão. Principalmente, quando essa chapa só tinha 25 dias para realizar a sua campanha.

Aqueles que afirmam que uma chapa de composição entre os 11 diretores dissidentes e o conjunto dos setores cutistas seria capaz de vencer as eleições, também fazem um raciocínio equivocado. Eles partem, basicamente, de uma comparação entre as somas dos votos da chapa 2 e chapa 3 no primeiro escrutínio e os votos da chapa 1, para fazerem essa demonstração. Só que a aritmética política não é fácil como a que apresentam. Para que uma chapa de composição fosse possível, em primeiro lugar, essa posição teria que ser definida em congresso, e esse não foi realizado. Em segundo lugar, caso tivesse sido essa a orientação congressual, ainda teria sido necessário, por parte desses diretores, uma política de democratização do sindicato e de relações "civilizadas" com a CUT. Isso também não aconteceu. Até o dia 20 de março, quando foi realizada uma assembleia para mudar os estatutos, o

ceu e Gushiken lançaram um documento em que questionavam os métodos que possibilitaram a formação das duas chapas. Na verdade, um documento fora de hora porque se tratava de um balanço, mas que serviu para semear confusão. Serviu por exemplo para o PC do B atacar a chapa da CUT em um jornal, especialmente distribuído nas fábricas, que citava trechos daquele documento.

O companheiro Lula, por outro lado, não aceitou, no primeiro escrutínio, que fosse divulgada uma foto em que aparecia ao lado de Carlúcio, cabeça da chapa 3. Isso dificultou que a chapa 3 capitalizasse os votos dos metalúrgicos simpatizantes do PT. Três dias após o primeiro escrutínio, aparecia Lula ao lado de Lúcio Bellentani, em material de propaganda da chapa 2.

São atitudes que esses companheiros, dirigentes do PT, precisam analisar se foram corretas.

Resultado final	
Chapa 1	33.902
Chapa 2	25.753
Chapa 3	1.854
Brancos/Nulos	2.875
TOTAL	64.384
* Chapa 3, acatando a resolução da Plenária Nacional da CUT, retirou-se da disputa no 2º escrutínio.	

comportamento desses diretores foi de ataque sistemático às posições do conjunto da CUT.

Erros de dirigentes do PT

Houve uma certa confusão política na categoria criada pela chapa 2 que se insinuou ser da CUT, ou pelo menos tender a ela. É verdade que a chapa 3 tinha o apoio oficial da CUT, mas na medida em que a chapa 2 tinha como o seu candidato a presidente um membro da direção nacional da CUT e que falava enquanto tal (o Jair Meneguelli o desautorizou), e se apresentava buscando voto como oposição, terminou criando uma certa confusão na categoria.

O mais difícil de se entender, no entanto, foram algumas atitudes de dirigentes do PT que entraram em conflito com resoluções do partido.

As direções estadual e municipal do PT São Paulo definiram o apoio à chapa 3. No meio da campanha, José Dir-

Reconstruir a unidade da CUT

Findo o processo eleitoral, a CUT necessita repensar suas orientações na categoria. Um dos passos para que isso seja possível é conseguir a unidade política dos cutistas que atuam entre os metalúrgicos. Essa unidade, no entanto, não pode ser conseguida por decreto. A direção da CUT deve ter a sensibilidade de convocar os companheiros que tiveram envolvidos nas duas chapas para discutir a atuação unitária na organização da greve geral.

Após isso, deve ser estabelecido um período de discussão política que possibilite a elaboração de uma plataforma de trabalho unitário na categoria. Contudo que a CUT consiga estruturar um fórum democrático que unifique os metalúrgicos, esse processo pode caminhar sem prejuízo das várias articulações cutistas hoje existentes na categoria. A unificação é uma necessidade, mas o seu resultado deve ser fruto de um processo político que passe pelas regiões e pelas fábricas com um mini-

mo de organização.

A Oposição Metalúrgica, que agrupa a maioria dos cutistas na categoria, tem também que discutir a sua visão em relação a possibilidade de organizar comissões na maioria das fábricas de São Paulo. Isso se demonstrou um objetivo irreal. Podemos tentar em todas, mas o fundamental dos nossos esforços deve ser reorientado para se organizar muito bem oito ou dez fábricas fundamentais, visando a construção de uma corrente de opinião, a médio e longo prazo, capaz de sensibilizar amplas parcelas da categoria da necessidade da mudança na direção do sindicato.

Traçar uma política de mobilização dos metalúrgicos deve ser uma preocupação do conjunto da CUT. A direita está na direção do sindicato. Um processo de luta choca-se com os interesses dessa direção. Por isso mesmo, a necessidade de unidade dos trabalhadores coloca-se com mais vigor. Não basta a unidade dos setores cutistas para isso. É necessário que a CUT também formule uma política aberta e agressiva de unidade com o PC, PDT, PC do B e todos os outros que apoiaram a chapa 2, na luta contra a direção do sindicato, o que só é possível na base da mobilização dos trabalhadores em cima das suas próprias reivindicações. O primeiro passo nessa direção é chamar todas essas forças para a organização unitária da greve geral.

As grandes lições

Nesse momento em que pensamos o futuro necessitamos extrair algumas lições do passado recente. A primeira delas é que o destino da CUT é o de se massificar e integrar novos setores que não são petistas. Como um sindicato não deve ser um braço do partido, a CUT também não deve ser um braço do PT. No entanto, é uma necessidade que os metalúrgicos petistas atuem como militantes partidários em todas as instâncias e fóruns políticos. Para que isso seja possível, o PT deve constituir um fórum de discussão e unidade dos seus militantes metalúrgicos em São Paulo.

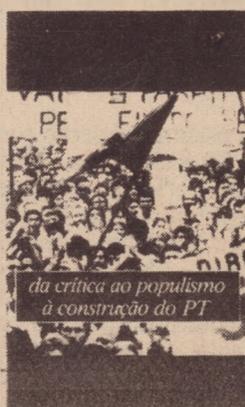
A segunda lição é de que, por mais que sejam legítimos os interesses de uma tendência e por mais que seja legítimo que as várias tendências disputem os espaços políticos existentes, essa legitimidade se perde quando é utilizada para emperrar a organização e o avanço do conjunto da categoria. Nós da Oposição Metalúrgica devemos aprender também que quando nós nos deparmos com comportamentos sectários devemos ter sensibilidade política para conseguir sair da linha de confronto e gastar as nossas energias no que nos interessa de fato: o avanço da luta dos trabalhadores.



Pacto Social — Da negociação ao pacote

Reginaldo Moraes

O pacto social a partir de uma visão abrangente sobre os rumos da acumulação de capital, da estrutura sindical e das sucessivas políticas salariais dos últimos vinte anos — Cz\$ 80,00.



Da crítica ao populismo à construção do PT

Raul Pont

Livro escrito de dentro da militância, irrigado pela prática política, não-acadêmico, mas nem por isso menos importante — Cz\$ 100,00.



Reforma Agrária — a luta pela terra no Brasil

Isaac Akcelrud

O livro expõe com clareza e profundidade todo o cenário da luta que vem se travando pela posse da terra e os caminhos para a reforma agrária — Cz\$ 80,00.

Os grandes desafios da construção do PT

Passados sete anos desde seu congresso de fundação em 1980, ninguém pode negar que o PT acumulou neste período enormes avanços tanto em sua influência junto aos principais setores populares do país quanto em suas definições políticas. Contudo, é inegável que persistiram também grandes debilidades na construção do partido.

Confrontado a uma situação em que os desafios colocados e as

responsabilidades são maiores que nunca, o PT sente o peso de alguns problemas que existem praticamente desde sua fundação, particularmente no terreno organizativo, mas também em suas definições programáticas e estratégicas. Este artigo é parte de uma contribuição mais ampla, incluindo outros temas, que membros de uma corrente do partido — a Democracia Socialista — vão apresentar para discussão neste período de pré-convenções estaduais e nacional que se abre.

João Machado

A tarefa fundamental do PT e que justifica historicamente a sua existência é a de organizar politicamente de forma independente da burguesia os setores ativos e conscientes das massas trabalhadoras. O partido tem um papel insubstituível a cumprir na politização das lutas dos trabalhadores, não contrapondo a luta política por reivindicações imediatas ou setoriais, mas articulando-as e radicalizando-as cada vez mais.

Isto significa tornar a atividade político-partidária parte do dia-a-dia dos trabalhadores mais conscientes, transformar o PT no espaço onde estes companheiros discutem política, aprofundam e consolidam sua consciência de classe (que vai além da defesa limitada dos interesses imediatos). Ai é que se organizam como ativistas políticos, como militantes partidários e elaboram suas diretrizes para a intervenção nos diferentes movimentos sociais.

O PT dispõe duma enorme influência entre os militantes dos movimentos sociais — popular, sindical, de mulheres, estudantil, camponês etc. O PT conta com dezenas e dezenas de milhares de simpatizantes, que são parte substancial dos trabalhadores politicamente ativos do país. Entretanto, a vida e a atividade política desses companheiros tem se mantido externa à atividade partidária, restrita muitas vezes, ao plano corporativo das lutas imediatas. Nas vanguardas dos movimentos sociais, muitos simpatizantes do PT não são nem mesmo filiados. Na realidade, é necessário que participem da vida e discussão partidárias para avançarem até uma militância política consequente e desenvolvem uma consciência política socialista.

As falhas de organização são portanto um desperdício do potencial do partido.

Organização da base

Já é praticamente consensual que a falta de organização na base está na raiz dessa situação que precisamos superar com urgência. Em consequência dessa falta de organização — diria falta de alicerce do edifício partidário — nossa estrutura partidária sofre três fissuras graves:

1 — A separação entre a intervenção política no plano institucional (atuação das bancadas parlamentares) e a intervenção nos movimentos sociais (atuação de petistas desorganizados ou organizados apenas nas entidades do movimento de massas).

2 — O distanciamento entre o PT e a CUT. Os militantes, sem resposta às suas expectativas, acabam se afastando das estruturas do partido. A CUT passa a abrigar as inquietações políticas determinadas pela radicalização das lutas sindicais.

3 — O distanciamento entre a direção do partido (precariedade montada na estrutura dos diretórios) e a base do partido chamada apenas para votar nas convenções ou a se mobilizar nas grandes atividades do partido, como nas campanhas eleitorais, por exemplo.

Não podemos responsabilizar os companheiros de vanguarda dos movimentos so-

ciais por esta situação. Muitos chegaram a participar do PT, mas acabaram se afastando. O problema é que, como as coisas estão agora, o PT acrescenta muito pouco às discussões e à intervenção desses ativistas nos movimentos de que fazem parte. Isto empobrece a vida do PT, pois não incorpora plenamente a rica experiência e o aprendizado prático desenvolvido nos movimentos sociais.

Reorientar o processo

Essas três fissuras poderão tornar-se cada vez maiores. Só poderemos alterar esta situação com uma reorientação firme e decidida do processo de construção do PT. Para isto, não bastam os tradicionais apelos à valorização dos núcleos. Eles não se multiplicam e não funcionam por motivos muito objetivos:

1 — A estrutura do partido continua sendo basicamente de diretórios, que concentram o poder de decisão. Os núcleos são apêndices da estrutura determinada pela lei

orgânica dos partidos que, ainda hoje, determina a dinâmica organizacional do PT.

2 — Para que os núcleos funcionem, precisam ter uma vida política ativa — discussões políticas sistemáticas sobre temas da conjuntura, formação política socialista, orientação para atuação nas frentes de atuação dos militantes.

Nada disso pode ser obtido, na escala necessária, sem o apoio da estrutura geral do restante do PT. As discussões têm que fluir através da imprensa, das atividades de formação e das orientações das secretarias e comissões do partido a nível municipal, estadual ou nacional. O PT não pode ter 5 ou 10 mil núcleos cada qual com seu jornal, seu curso de formação e suas orientações para os movimentos popular, sindical, estudantil ou de mulheres. Estas demandas têm que ser respondidas coletivamente pelo partido.

3 — Para chegar ao nível de profissionalismo que tudo isto exige é preciso encarar com muito mais seriedade, isto é como atividade política e de organização, a obtenção dos re-

ursos financeiros indispensáveis. Hoje a sustentação material do partido depende fundamentalmente da contribuição dos parlamentares o que é uma deformação.

O partido tem que ter condições de se auto-sustentar coletivamente, o que depende acima de tudo da educação política de seus membros, da formação duma consciência e tradição organizativas que associe o compromisso político com o compromisso de sustentação financeira. Honrar esse compromisso deve ser condição para o exercício dos direitos partidários de interferir nas deliberações e encontros do partido.

4 — Será decisivo definir uma postura independente em face da legislação partidária que obedece aos interesses e objetivos dos partidos das classes dominantes. Devemos estruturar o PT de acordo com nossas necessidades e depois encontrar as formas de cumprir com as exigências legais, sem descaracterizar o partido particularmente no que diz respeito aos núcleos — nossa estrutura básica e não os diretórios como determina a lei.

Direção ou expressão das lutas

Para atacar e superar esses problemas será necessário corrigir visões e posturas equivocadas de construção partidária. Uma delas é a concepção do PT como “expressão dos movimentos sociais”. Segundo essa visão de partido, o PT é apenas um “reflexo” dos anseios, lutas e reivindicações dos movimentos sociais, sem preocupação alguma e muito menos estrutura para despertar, provocar e dirigir essas lutas. O partido não toma iniciativa alguma, rebocado pelo espontaneísmo das lutas sociais. Isto inclusive o esterilizaria programaticamente, negando a elaboração das definições programáticas em nome da “discussão e decisão das bases”.

No princípio, isto poderia ser justificado pela ideia de que estavam construindo um partido “de baixo para cima”. Com o passar dos anos, porém, essa “virtude” transformou-se em grave defeito. A capacidade de atração das massas despolitizadas (fruto da profunda desigualdade de experiências políticas) ocorrerá pela nossa participação nas lutas, pela definição clara de nosso programa, como resposta à coesão, unidade e coerência que demonstramos nas frentes de luta e na unificação em um poderoso movimento de conjunto dos explorados e oprimidos.

Isto depende fundamentalmente da homogeneidade e união dos militantes em torno dos objetivos estratégicos. Sem uma clarificação pública do que somos e para onde vamos, não seremos uma referência política nem atrairemos os milhões que queremos organizar.

A plena e clara definição programática não atrapalha ou dispensa a prática da democracia interna, mas, ao contrário, a coloca em outros e mais altos patamares de exigência.

Partido de quadros ou de massas

A falsa dicotomia sugere um “partido de

quadros” — pequeno, estreito, sectário, formado de militantes-baluartes que tudo decidem e dirigem — em oposição a um “partido de massas” frouxo, inorgânico, sem cotizações regulares, cada um fazendo o que lhe dá na telha, trazendo filiados para fazer número nas convenções como qualquer partido burguês.

Não é disto que se trata. Um partido é sempre uma vanguarda de uma classe e/ou frações de classe. A causa disto é simples e óbvia. A questão essencial na organização partidária é a formação da consciência de classe — o que é um processo desigual porque é desigual o nível de experiência política e organização das classes trabalhadoras. Um partido de vanguarda, portanto, não deve ser um partido pequeno de “notáveis” e quadros-baluartes, particularmente num país de 140 milhões de habitantes.

Precisamos construir um partido de vanguarda de milhares, milhões de trabalhadores participando ativamente da vida e da luta política, pois esta é a dimensão das tarefas que temos pela frente. Por isso precisamos, desde agora, batalhar por um partido que não seja de meros filiados que votam de quatro em quatro anos ou que, de vez em quando, são chamados a uma convenção para referendar ou dizer amém às propostas da cúpula dirigente.

Democracia e unidade na ação

Sempre defendemos a necessidade de uma crescente centralização da atuação dos militantes petistas. A organização da base militante do PT é um requisito para unificar a ação dos petistas face aos distintos acontecimentos ou nos diferentes movimentos sociais.

A construção da unidade de ação, da coesão da intervenção dos petistas que atuam nas frentes de massa está indissoluvelmente ligada à prática duma efetiva democracia no interior do PT e nas relações do partido com os movimentos. O profundo respeito por todas as posições e a garantia de sua representação são os geradores, por excelência, da unidade de ação partidária. Isto não pode depender da boa vontade de eventuais maiorias, mas deve ser um princípio básico do partido, adotado de forma explícita e clara em todos os momentos e para todas as instâncias do PT.

Em São Paulo e no plano nacional ainda convivemos com uma grave distorção já superada em Minas, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, não se garantindo a representação proporcional nas instâncias executivas das diversas posições apresentadas nas convenções, desde que obtenham 10% dos votos.

Uma posição pode representar 45% dos votos numa convenção e, na prática, ser quase completamente marginalizada do processo partidário — no plano zonal, municipal, estadual ou nacional. Essa postura não só sufoca as energias mobilizadas no processo de construção partidária, como acaba transformando os encontros em confrontos

e medição de força, quando deveriam ser momentos de definição de rumos políticos. O resultado é profundamente despolitizante, sectarizante e, portanto, deseducativo.

O direito de tendência

A representação democrática das posições, inclusive nas direções executivas — princípio que defendemos também para uma estrutura sindical democrática e para qualquer organização dos trabalhadores — deve ser associada à garantia do direito de tendência, regulamentado estatutariamente (ou pelo regimento interno, se a lei partidária não for alterada).

Divergências políticas surgem inevitavelmente no decorrer da luta de classes. As próprias classes sociais, inclusive a classe operária, são politicamente heterogêneas, dispostas de distintas experiências e trajetórias, de distintos níveis de consciência. Diferentes correntes políticas, em princípio não antagônicas mas com contribuição diferenciada ao processo de emancipação social, expressam a diversidade de experiências e posições no interior da classe trabalhadora.

A garantia do direito de tendência no seio do PT não exclui mas assegura uma crescente unidade de ação pública de todos os petistas. Se as instâncias de discussão e delibera-

ção são democráticas, é imperioso que após as decisões tomadas, o partido atue coeso e unido. Essa unidade não é determinada por nenhum capricho ou mero desejo de espíritos mais ortodoxos. Ela é determinada pela unidade e força do inimigo comum. O Estado burguês — através dos monopólios, da polícia, das forças armadas, dos meios de comunicação — é cada vez mais unitário na sua ação repressora, na sua capacidade de ação. Se o Partido é um instrumento de luta dos trabalhadores, ele necessita igualmente de unidade, coesão, forças na sua capacidade de resposta e no espírito ofensivo de suas ações.

Essa unidade não significa apenas acatar decisões de convenções, mas é principalmente sua materialização na prática, desde o cumprimento de resoluções orgânicas — funcionamento dos núcleos, cotizações, venda de jornais, até a unidade requerida para a intervenção em frentes de massa comunitária, sindical, estudantil, etc.

É aí que se viabilizam e se materializam nossas posições e as propostas deliberadas. É aí que hoje são travados enfrentamentos decisivos da luta de classes que forjam a consciência de classe das amplas massas trabalhadoras e poderão gerar um amplo movimento político socialista integrando por muitos milhões de brasileiros.





Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado: Resolução do XIIº Congresso Mundial da IVª Internacional. De caráter programático, esta elaboração sobre o socialismo que queremos é importante para a discussão dos marxistas hoje e a formação das novas gerações de revolucionários. — Cz\$ 50,00.

Teses Sindicais: Resolução elaborada em 1985 e aprovada em maio de 1986 no IIIº Congresso da Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista. Uma sistematização global para uma intervenção marxista revolucionária no movimento operário brasileiro ao mesmo que uma contribuição a discussão da linha sindical do PT. Cz\$ 50,00.

Para receber, envie cheque nominal à Editora Aparte Ltda., rua Francisco Leitão, nº 57, CEP 05414, Pinheiros, São Paulo, SP. Pedidos acima de 20 exemplares de cada volume terão desconto de 20%.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Régis Moraes, Américo Bernardes, Antônio Helder, Carlos Henrique Árabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Alvaro Merlo, Raul Pont.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS nº 2.769

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — Rua Francisco Leitão 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 0514 — Fone: 852-8880 — CGC nº 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30.000; fone 226-2643; **Porto Alegre:** Rua Fernandes Vieira, 618 — Loja 04 — Bonfim — CEP 90.000 — Fone 27-4642; **Rio de Janeiro:** Rua Senador Dantas, 117 — Sala 1.414 — CEP. 20.031; **Vitória:** Caixa Postal 1.427 — CEP 29.000; **Natal:** Caixa Postal 1.550 — CEP 59.072; **Belém:** Caixa Postal 4.001 — CEP 66.000; **Florianópolis:** Caixa Postal 5.088 — Cidade Universitária — CEP 88.000; **Goiania:** Caixa Postal 469 — CEP 74.000; **João Pessoa:** Caixa Postal 5.031 — CEP 58.000; **Recife:** Caixa Postal 2.028 — CEP 50.000

Tiragem desta edição 9.000 exemplares

Composto e impresso na Companhia Editora Jourés — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo — SP.

Greve dos professores gaúchos

José Clovis Azevedo

Em dez estados do país, os professores enfrentaram com greves longas e duras governos estaduais peemedebistas recém-eleitos. Foi no Rio Grande que este processo de mobilização alcançou a maior radicalização e vigor: até o Palácio do governo chegou a ser ocupado pelos grevistas durante oito horas.

Todas elas são greves marcadas pela desilusão com o PMDB. Ilusões construídas em vários anos ruem em alguns meses. Algo assim como a pedagogia do oprimido, o aprendizado de que é preciso apenas confiar nas suas próprias forças para mudar.

Ao completar 90 dias de greve, os professores do Rio Grande do Sul dão uma lição de capacidade de luta e de organização. O Centro de Professores do Estado (CEPERS) é a maior entidade de professores da América Latina, congregando 80 mil sócios dos 98 mil professores da rede pública estadual.

A base de organização do CEPERS são os núcleos regionais, 38 no interior e 2 na capital. As instâncias de base em Porto Alegre são divididas em zonais. Esta estrutura e a independência do CEPERS em relação ao Estado — como entidade do funcionalismo não é enquadrado pela CLT — deram ao movimento uma qualidade importante: as opiniões e propostas dos professores transitam de forma democrática da base à direção. O funcionamento dos núcleos combinado com amplas assembleias gerais dão uma vitalidade e um enraizamento essencial ao movimento. A greve atual foi dirigida por um Comando combinando representação dos núcleos e da direção da entidade. Este comando refletiu as diferentes posições no interior do movimento, e funcionou permanentemente combinado com consultas aos núcleos e assembleias gerais.

A maturação

As grandes mobilizações do magistério gaúcho iniciaram-se em



Na porta do Palácio de governo bumbos, apitos, sinetas: a consciência ruidosa do professorado

1978, com assembleias massivas que resultaram nas primeiras greves por reposição salarial em 1979 e 1980. Em 1980, os professores conquistaram a vinculação ao salário mínimo, mas o vencimento básico de 2,5 salários mínimos não tinha reajustes semestrais como os demais salários e sofria a corrosão da inflação acelerada iniciada nos anos 80. Neste quadro surge a reivindicação de manutenção do vencimento básico de 2,5 salários mínimos, corrigido sempre com o salário mínimo. Paralelamente à luta econômica, aprofundou-se na categoria a discussão política do papel do educador e da educação, tendo como resultado o levantamento das bandeiras de democratização da escola e da defesa da escola pública e do ensino público gratuito.

Em 1985, após 60 dias de greve, a categoria conquistou o básico de 2,5 mínimos e a eleição de diretores por lista tripla. O acordo de greve foi respaldado por todos os partidos, principalmente pelo principal partido em oposição ao governo do Estado na época, o PMDB.

De aliado a inimigo

Os professores, contudo, não contavam que o aliado de ontem se tornasse o principal inimigo de hoje. O PMDB e seu governador, Pedro Simon, tornaram-se os principais verdugos das conquistas do magistério.

Logo após sua eleição em 15 de novembro, o governador Simon investiu contra o magistério e a educação. Mesmo antes de assumir, conseguiu articular com o governador Jair Soares a suspensão dos concursos previstos e o não pagamento do salário básico nos meses de janeiro e fevereiro. Ao assumir o governo em março, Simon entregou uma proposta à categoria que violava o Plano de Carreira e descumpria a Lei 8026, que garantia as conquistas da greve em 1985.

No dia 10 de abril, 25 mil professores, em Assembleia Geral, optaram pela greve em defesa do Plano de Carreira e do vencimento básico de 2,5 mínimos. Desde o primeiro momento a greve coloca em xeque o curso democrático de Simon e do PMDB. Talvez

a maioria dos professores não contasse com a fúria autoritária do governador do PMDB contra o magistério. Finalmente caía a máscara da "Nova República". A eleição do governador Simon correspondera à esperança de mudanças. Como em mais 21 estados. Em dez destes estados, os professores enfrentam os governadores do PMDB, na defesa de conquistas de períodos anteriores. Os professores passaram a ver ameaçado pela "Nova República" aquilo que haviam conquistado do regime militar.

As cinco propostas feitas por Simon ao magistério em 90 dias não levam em conta as conquistas da categoria e o governo, que inicialmente declarou não negociar com grevistas, só recebeu o Comando pressionado pelas ações fortes dos professores e pela sociedade organizada. As negociações sempre foram truncadas, sem continuidade, respondendo a uma tática de esvaziamento do movimento e buscando jogá-lo contra pais e alunos. Como em outros estados, o governo arguiu a inconstitu-

cionalidade da Lei 8026. O autoritarismo e a intransigência pautam a postura do governo.

Os professores passaram a ser pressionados diretamente por vereadores, prefeitos e digirentes do PMDB. Somou-se a isso um violento esquema publicitário via imprensa burguesa. Como nada disso dobrasse os professores, o governo lançou mão do arbitrio e da repressão, cortando o pagamento dos grevistas, demitindo professores contratados e cassando diretores legitimamente eleitos.

A truculência de Simon visa impor ao funcionalismo a política de submissão aos ditames da "Nova República", que passam por demissões e diminuição do salário real, conforme compromisso que o governo do estado assumiu com Sarney. Este compromisso está expresso na "carta de intenções" de Simon à Sarney, e passa pelo apoio ao pleito de manutenção do mandato de 5 anos.

A intransigência de Simon, sob a falsa alegação da crise do estado, que não é senão o resul-

tado de uma política de endividamento consciente praticado através de vários governos e hoje mantido pelo próprio governador, atende à lógica de arrochar os trabalhadores para beneficiar os banqueiros e os grandes exportadores. Descaradamente Simon pratica a mesma política dos governos anteriores, rolando a dívida pública de forma a engordar os lucros dos banqueiros e mantendo favorecimentos fiscais escandalosos em benefício de grandes empresas exportadoras e multinacionais.

Lógica dos poderosos

A greve dos professores constitui-se num símbolo de resistência à nova forma de dominação burguesa expressa pela "Nova República". Os professores realizaram grandes manifestações de rua, passeatas e atos públicos com 40 e 50 mil pessoas. Em operações organizadas e planejadas ocuparam a Secretaria de Educação e as delegacias de Ensino na capital e interior, acamparam na Praça da Matriz, em frente ao Palácio, realizaram uma vigília barulhenta por noventa dias e, num ato de protesto, o Comando de Greve permaneceu no Palácio por 8h26min., simbolizando a exigência de cumprimento da Lei 8026. Ato que o governo considerou "uma invasão violenta do Palácio".

A greve, apoiada por grande parte da opinião pública, colocou a nu o projeto educacional autoritário do governo Simon e o objetivo dos governos do novo partido da ordem — o PMDB — de desarticular e derrotar as entidades combativas de trabalhadores.

O magistério mostrou determinação e força, permanecendo coeso frente às pressões do PMDB, às dificuldades interpostas pela própria história da categoria que tem boa parte de sua diretoria tradicionalmente vinculada a setores do PMDB. Ficou, ao lado disso, a lição de que o PMDB e seu governo assumindo fielmente o receituário de Sarney e do FMI, renderam-se às facilidades da utilização da repressão e da legislação do regime militar. Tornam-se poder, assumindo a lógica dos poderosos.



Aborto A cruzada pelo retrocesso



Na constituinte, a maioria reacionária ameaça as conquistas mínimas em relação ao aborto

Os setores da direita se arremetam para introduzir na Constituição um dispositivo que criminaliza todo e qualquer aborto. Este posicionamento taxativo colocou para o PT a necessidade de também definir claramente sua posição sobre o tema. Até agora, o partido defendia, como parte do plano de atendimento à saúde da mulher, o acesso aos métodos anticoncepcionais, inclusive a interrupção da gravidez indesejada, mas não se referia explicitamente ao aborto.

A reunião do Diretório Nacional ampliada com representantes dos diretórios regionais, realizada nos dias 11 e 12 de abril, que discutiu os pontos polêmicos do projeto de Constituição a ser defendido pelo partido, adotou a posição de **defesa da garantia constitucional ao direito da prática do aborto, com assistência e amparo do Estado em todas as fases.**

Esta definição, tomada após extenso debate, foi assumida com caráter indicativo, marcando a abertura de um amplo processo de discussão sobre o tema no partido e permitindo o posicionamento individual discordante, inclusive na bancada do PT na Constituinte (basicamente por pressão do deputado Plínio de Arruda Sampaio). Ela marca também, apesar de todos os problemas, um avanço decisivo do partido em assumir bandeiras centrais do movimento de mulheres.

Uma questão importante

Do ponto de vista político, a questão do aborto aparece hoje no Congresso Constituinte como um elemento que unifica todos os setores mais reacionários, na manutenção de valores sociais que garantam a permanência de uma moral hipócrita e com duplo caráter, isto é, que se aplica apenas às mulheres.

Em termos econômicos, a clandestinidade do aborto assegura a existência de uma "máfia" de clínicas particulares que, muitas vezes, articulada com os setores mais corruptos das forças policiais, auferem altos lucros, às custas das necessidades das mulheres.

Mas o elemento mais importante para os setores que se colocam contra a legalização do aborto, refere-se ao aspecto social e ideológico do problema: o papel da mulher dentro da família, sua subordinação e submissão em todos os setores da sociedade, a questão da sexualidade.

Tradicionalmente, reserva-se e exige-se das mulheres um papel social restrito a ser mãe, esposa e dona de casa. A fa-

mília é, em nossa sociedade, da forma como é estruturada e com o papel que cumpre, a instituição que assegura e mantém a subordinação e submissão das mulheres. E cumpre um papel fundamental na reprodução da ideologia, dos valores burgueses, ao mesmo tempo em que é um suporte econômico essencial para a manutenção da exploração capitalista. E, neste contexto, questionar o papel das mulheres como reprodutoras, isto é, permitir que coloquem para si um papel social completo, do ponto de vista social, econômico, político e pessoal, questiona um elemento básico da estrutura da sociedade em que vivemos.

Podemos nos lembrar sempre da afirmação de que a família é a célula principal da sociedade. E só pode ser a célula principal de uma sociedade capitalista, exploradora, se esta mantiver a mulher submissa e sem questionar sua subordinação e seu papel tradicional.

É dentro desta lógica que se associa permanentemente a sexualidade à reprodução. Uma sexualidade plena, como parte de nossa relação afetiva e construção pessoal, onde homens e mulheres possam se relacionar como seres plenos, capaz de incentivá-los a lutar por construir um mundo onde a felicidade individual e coletiva seja sempre a medida do desenvolvimento social, se apresenta sempre como um problema.

A moral conservadora, a moral burguesa, a moral religiosa e tradicional, enfatizam uma relação obrigatória entre a sexualidade e a reprodução, reduzindo o potencial humano de desenvolvimento afetivo-sexual. Evidentemente, isso se associa à permanência de um dupla moral que sustenta a prostituição, a hipocrisia nas relações pessoais, a repressão individual.

É a mesma moral que transforma a mulher em objeto sexual, sem direito à decisão, em produto para ser vendido na prostituição ou na indústria pornográfica, em rainha sem trono e sem poder no lar. Nesta moral, não há lugar para a mulher decidir se quer ou não ter filhos, qual o papel e opção de vida que se coloca; e é proibido, com a força da lei, dizer **não** ao papel tradicional que lhe é imposto: de mãe, esposa e dona de casa.

Mortes clandestinas

É importante lembrar que nenhuma lei acaba com o aborto. A criminalização do aborto não o coíbe, apenas o coloca na clandestinidade. O aborto sempre existiu e hoje, no Brasil, a cada ano, milhões de mulheres praticam o

aborto. Uma mulher que se depara com uma gravidez intolerável recorrerá a qualquer meio para interrompê-la, chegando a tentativas desesperadas que muitas vezes lhe custam a vida, por não serem realizadas dentro de padrões médicos adequados.

Nenhuma mulher faz aborto porque quer, por irresponsabilidade ou de forma leviana. A decisão de interromper uma gravidez é sempre uma decisão marcada por vários aspectos importantes: as condições econômicas, a situação emocional, moral ou das suas definições de vida que determinam ou não assumir uma maternidade não planejada.

Devido à sua clandestinidade e, conseqüentemente, aos altos preços cobrados nas clínicas clandestinas, o problema do aborto atinge de forma mais dramática as mulheres das classes trabalhadoras que o fazem nas piores condições, sem qualquer assistência médica. Ervas, pregos, enferrujados, talos de mamona, sondas, agulhas de tricô, são os instrumentos usados pela maioria das mulheres que deixam, em geral, seqüelas em seu corpo e em sua saúde.

Fechar os olhos ao aborto, como uma questão de saúde pública, é manter a tragédia individual, aos milhares, das mulheres que o fazem nestas condições. É manter o convívio com a solidão e a culpa que só são superados pelo medo da polícia e da morte; é manter as acusações e ameaça dos médicos e enfermeiros que, atendendo às mulheres que precisam de cuidados médicos após um aborto, ameaçam denunciá-las à polícia e, como punição, fazem tratamento sem anestesia (curetagem a frio).

Os dados são alarmantes. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a cada ano, são feitos quatro milhões de abortos clandestinos no Brasil, o que significa mais de dez mil por dia, mais de sete por minuto. E 10% deste total, portanto quatrocentos mil casos, levam à morte em função das complicações causadas pelas péssimas condições em que são feitos, o que coloca o aborto como a quarta causa de morte para as mulheres no Brasil. Entre as que sobrevivem, estima-se que 20% ficam estéreis. Estes são dados de estimativa, pois em função de sua clandestinidade, os casos de aborto não ultrapassam os portões das enfermarias e hospitais. O aborto e suas complicações nunca constam como motivo de internação ou nos atestados de óbitos, o que esconde uma realidade ainda mais dura.

Frente a esta realidade, é hipócrita e irresponsável dizer que as mulheres fa-

zem aborto por capricho ou egoísmo. O aborto é um último recurso para a interrupção de uma gravidez não desejada. E é o medo, a vergonha, a culpa imposta que alimentam esta roda macabra do silêncio, já que as mulheres, mesmo recorrendo ao aborto, muitas vezes se negam a discuti-lo, como uma culpa a ser esquecida e enterrada na solidão individual.

A legalização do aborto

A luta pela legalização do aborto é parte de uma luta mais ampla por melhores condições de saúde, por atendimento médico público, de forma que as mulheres possam ter conhecimento e acesso à utilização de métodos anticoncepcionais, com acompanhamento médico, optando pelo menos nocivo à saúde e que lhe permita e ao seu companheiro, desenvolver uma vida afetiva e sexual plena.

Quando lutamos pelo direito de ter ou não filhos, lutamos por uma sociedade onde se possa ter os filhos que se quer ter, onde a maternidade seja reconhecida como uma função social. Lutamos por condições dignas de vida, pelo direito ao trabalho para as mulheres, por creches, condições de saúde, alimentação, educação e moradia. Lutamos por melhores salários para que se possa sustentar os filhos que se quer ter. Lutamos contra o machismo na sociedade, que limita o potencial de desenvolvimento humano das mulheres, reproduzindo entre os oprimidos as divisões que só facilitam a dominação.

A luta pela libertação das mulheres, o feminismo, é hoje um elemento central na luta de todos os oprimidos contra todas as formas de dominação na sociedade. O centro desta luta é garantir a todas as mulheres o pleno desenvolvimento como seres humanos, sem reduzir sua vida e seu papel social a apenas um ou outro aspecto determinado pelos interesses de uma sociedade patriarcal e exploradora.

Dentro desta luta, um aspecto central é o direito das mulheres decidirem se querem ou não ter filhos, em que momento e quantos, sem a imposição de outros interesses que não os de sua própria vida. E à medida que as mulheres se tornam conscientes de seus direitos e necessidades, à medida em que se desenvolvem politicamente, culturalmente, profissionalmente, em todos os campos da vida social, cada vez mais negam a imposição da maternidade como um fardo ou uma obrigação, e buscam os meios de a definirem como uma opção consciente.



Emenda à Constituinte

A esperança das mulheres de que esta Constituinte pudesse vir a representar algum avanço em relação à prática do aborto ameaça morrer no ninho. Dominada por setores conservadores, o risco de um retrocesso nesta legislação vem fazendo com que setores do movimento feminista considerem como melhor saída o esfriamento da discussão deste tema na Constituinte. Uma saída de recuo frente à cruzada moralista que domina a elaboração da nova Constituição. Uma das alternativas seria deixar a reivindicação do aborto para as leis ordinárias e tentar impedir que a Constituição coloque limitações para isto.

Seja qual for a decisão adotada, uma coisa é certa: o aborto é uma reivindicação do movimento feminista, da qual as mulheres não pretendem abrir mão. Por isso, um abaixo-assinado vem circulando pelo país com Proposta Popular de Emenda ao Projeto da Constituição. O texto, formulado por iniciativa de várias entidades feministas de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas Gerais, é reproduzido abaixo. Você tem apenas este mês para assiná-lo.

“Art. 1 — Compete ao Poder Público prestar assistência integral à saúde da mulher, nas diferentes fases de sua vida; garantir a homens e mulheres o direito de determinar livremente o número de filhos, sendo vedada a adoção de qualquer prática coercitiva pelo Poder Público e por entidades privadas; assegurar acesso à educação, informação e aos métodos adequados à regulação da fertilidade, respeitadas as opções individuais.”

Art. 2 — A mulher tem o direito de conceber, evitar a concepção ou interromper a gravidez indesejada até 90 dias de seu início. Compete ao Estado garantir este direito através da prestação de assistência integral à mulheres na rede de saúde pública.

§ único — Serão respeitadas as convicções éticas e religiosas individuais.”

A divisão da corrente **O Trabalho** se deu em torno de um problema central: a relação com o Partido dos Trabalhadores. A nível internacional o problema também é o mesmo: qual o tipo de relação que devem manter os revolucionários com as vanguardas emergentes das lutas dos trabalhadores e o caminho para a construção de uma organização internacional revolucionária de massas?

O Trabalho não é a primeira organização de esquerda no Brasil que se rompe ou se dissolve tendo por pano de fundo este problema. Para **O Trabalho**, esta questão estava colocada de forma aguda há algum tempo e perpassou a sua trajetória desde o surgimento do PT em 79. O rompimento — aparentemente meio a meio a nível nacional — implicou duas orientações. Um setor decidiu se diluir no interior da Articulação (ex-113), compreendendo que “o PT não pode ser identificado com uma frente; que os trotskistas não estão no PT para pescar distraídos militantes; ou para fazer oposição à direção do partido às vésperas dos Encontros.” Dispõe-se a trabalhar pela centralização do PT a partir da “constituição de uma articulação... que não exista apenas as vésperas dos Encontros do partido, ... organizada nacionalmente, mais centralizada...”

Outro aspecto que consta na Resolução do X Encontro de **O Trabalho**, realizado dias 20 e 21 de junho e do qual não participou o outro setor, é a recusa ao dogmatismo trotskista (“Descobrir que não há Papa nem Texto sagrado entre marxistas nem sempre é uma tarefa fácil... Recusamos os esquemas e o trotskismo de profeta.”) e o entendimento de que “o partido hoje, depois de sete anos de existência e afirmação de um curso à esquerda, tem todas as condições de amadurecer e avançar na compreensão comum da situação política e das tarefas que estão colocadas” não apenas de forma circunstancial, tática, mas também estratégica. A conclusão deste setor é pela “fusão” com a corrente majoritária do partido na medida em que “a base política com a Articulação passou a ser praticamente a mesma”.

O outro setor, minoritário na direção nacional de **O Trabalho** antes do rompimento, se coloca como “parte de uma tendência do partido — a corrente **O Trabalho** pela reconstrução da IV Internacional, — de cuja continuidade, erros e acertos” se reivindica. No interior do PT, considera “necessária a retomada de uma articulação ao redor do núcleo dirigente histórico (Lula), que desenvolva o curso globalmente positivo que o partido vem tendo, constituindo-se como partido independente da burguesia e dos partidos tradicionais, estalinistas ou social-democratas”. Compreende a relação com o PT como não antagonista com a existência da corrente **O Trabalho**, afirmando serem “militantes do PT, onde trabalham leal e disciplinadamente pela sua construção, defendendo no seu interior nossas idéias” (Carta Aberta e Declaração do Agrupamento **O Trabalho** em defesa da IV Internacional — Centro Internacional de Reconstrução).

Com base nessa compreensão, este setor defende a manutenção do quadro orgânico próprio a nível nacional e internacional. Do ponto de vista da questão programática, declaram ser “trotskistas, quer dizer, acreditamos na atualidade do programa de fundação da IV

O racha de

A divisão da corrente **O Trabalho** a nível nacional e da IV-CIR (Comitê Internacional de Reconstrução) conclui um processo cuja compreensão é importante. Aqui, uma breve análise.

Boletim O Trabalho e O Trabalho - Tribuna Internacional: duas versões sobre a cisão.



Paulo Cezar da Rosa

Internacional, o Programa de Transição, como uma contribuição decisiva para a resolução do problema central da humanidade em nossa época, que é o da construção de uma direção revolucionária”.

Uma trajetória instável

Deixando de lado as mútuas acusações de falta de democracia, burocratismo, corrupção, etc, sobre as quais é difícil, senão impossível, opinar, é importante lembrar a trajetória do grupo **O Trabalho** nos últimos anos para que compreendamos melhor a sua divisão. Podemos caracterizar claramente seis momentos no curso do grupo **O Trabalho** desde meados da década de setenta.

Até 78/79, a organização, na época conhecida publicamente como Liberdade e Luta, a Libelú, nome da tendência estudantil da organização, defendia a construção no Brasil de um Partido Operário Independente. Quem participou mais intensamente da luta pelas liberdades democráticas no período, certamente é capaz de lembrar a palavra de ordem do POI (Partido Operário Independente) defendida com unhas e dentes pelos Libelús. A organização tinha, ao mesmo tempo, uma caracterização muito particular, e unilateral, dos sindicatos no Brasil. Concebia-os simplesmente como organismos burocráticos do Estado nos quais a classe operária não tinha nenhuma participação nem possibilidade de interferência em seus rumos. A eles contrapunha a bandeira da criação dos Sindicatos Livres, totalmente por fora dos sindicatos e a partir da mobilização autônoma da classe. É centralmente por isso que, no segundo momento, o momento do surgimento do PT, a Libelú vai ter uma reação sectária diante dele, apesar da sua palavra de ordem de construção de um Partido Operário Independente. Para a corrente **O Trabalho**, na época, o PT era um partido da burocracia sindical o

qual chegou a ser caracterizado como o braço esquerdo da ditadura, ao lado do PDS como seu braço direito.

O “Comitê Paritário”

O terceiro momento foi o de aproximação com a Convergência Socialista. Isto se explica, fundamentalmente, pela aproximação internacional das correntes lambertista e morenista: em fins de 1979 formam um “Comitê Paritário” pela reconstrução da IV Internacional”, posteriormente “Comitê Internacional”, a partir da identidade de posições quanto à Nicarágua (extremamente sectárias). A trajetória de **O Trabalho** e da Convergência até à época era totalmente distinta. A Convergência, que desde 1977 tinha lançado um movimento pela construção de um partido socialista de massas no Brasil, com um corte operário e revolucionário, chegou a ter um papel importante no lançamento do PT, em fins de 1978 e início de 1979.

O momento da aproximação com **O Trabalho** coincide para a Convergência com um momento de crise, de voltar-se mais para si mesma, e a partir do sectarismo do “Comitê Paritário” as duas organizações vão reforçar muito uma linha de construção autoproclamatória, do tipo “nós somos os revolucionários”. Contudo, é neste período que **O Trabalho** começa a participar do PT, em fins de 1980 e 1981 (antes, grupos de militantes já tinham deixado a corrente para entrar no PT). Tanto **O Trabalho** como a CS terão um papel importante na fase de filiação para a legalização do PT. (1981).

Em fins de 1981, a aproximação entre as duas correntes termina, mais uma vez a partir de questões internacionais (o “Comitê Internacional” rompe-se a partir da discussão da política a seguir frente ao governo Mitterrand).

Para **O Trabalho**, o momento é de

O Trabalho

lançar candidatos para as eleições de 1982, e de aprofundar sua entrada no PT. E a partir do início de 1983, começará uma nova fase da sua política, marcada pela relação com a "articulação dos 113".

Uma nova fase

Esta articulação se formou em meados de 1983. O PT tinha sofrido uma dura derrota das suas expectativas eleitorais. De alto a baixo no partido surgiu a dúvida sobre a viabilidade do projeto petista. Esboçava-se mesmo um setor liquidacionista que começou a namorar a "esquerda" do PMDB e veio a implicar posteriormente, no episódio da ida ou não ao Colégio Eleitoral para eleger Tancredo Neves a presidência, na saída de três dos oito deputados federais do partido (Airton Soares, Beth Mendes e José Eudes).

Contra esta tendência de um lado, afirmando os propósitos básicos de independência do projeto do PT e avançando em algumas compreensões e por outro lado contra a existência de correntes organizadas no interior do PT, foi lançado em São Paulo um manifesto assinado por 113 dirigentes do partido. Os "113" se tornaram uma referência a nível nacional e desenvolveram toda uma luta interna no partido contra as "duas camisas", pela afirmação do projeto petista como algo original, alheio às experiências anteriores de construção partidária da classe operária.

A corrente **O Trabalho** procurou entrar na Articulação dos 113 de todas as formas. Não conseguiu. Foi rechaçada pelos "113". Para eles era contraditório demais combater as "duas camisas" e compor com a "Libelú". Na convenção do PT-SP em agosto de 83, **O Trabalho** retirou a chapa própria que havia articulado e vota, sem participar, na chapa dos "113". Ao mesmo tempo critica ferozmente as outras duas articulações de esquerda no partido que se formaram para a convenção por "sectarismo" com relação aos "113". As outras duas articulações eram chamadas "PT na direção da luta" cujo centro era composto pela organização Democracia Socialista, e "Avançar a luta" que tinha como principal referência o deputado federal Genoino Neto.

Nesse momento, **O Trabalho** exacerbava suas críticas às demais organizações de esquerda no interior do partido e volta seu poder de fogo — aliás, já então em declínio — principalmente contra a Democracia Socialista, lançando um caderno no interior do partido chamado "Em Tempo de Iluminados". Neste caderno, faz o que os "113" ainda não haviam se disposto a fazer e aliás sequer chegaram a isso de forma unitária: critica as contribuições das demais organizações de esquerda como totalmente inválidas e "liquidacionistas" do partido. Critica principalmente a defesa da política de frente única expressa na orientação do "bloco operário e popular" como diluidora do partido e como fruto da "pressão do estalinismo no interior do partido". De um modo geral, pode-se afirmar que mesmo sem ter participado dos "113", tendo sua participação recusada, **O Traba-**

lho faz neste momento o papel de cão de guarda da articulação majoritária, defendendo principalmente não seus traços positivos mas seus pontos débeis, mais sectários politicamente.

A diluição

Não se pode, entretanto, caracterizar a guinada de **O Trabalho** neste momento como simplesmente oportunista. O manifesto dos "113" cumpriu um papel extremamente positivo no curso do partido — reconhecido pelas outras duas articulações mas criticado nas suas falhas — e podemos caracterizá-lo como um avanço claro à esquerda por vários aspectos diante da maré conservadora, e mesmo liquidacionista no interior do partido, que se avizinhava. **O Trabalho**, entretanto, trocou alho por bugalhos. Foi parar na direita dos "113", talvez por seu isolamento e consequente desespero para ser aceito no interior da articulação.

A partir deste momento começa a ser redefinido o caráter da "Libelú". De organização no PT passa a se definir como uma "corrente do PT". Do jornal que editava, passa a publicar a revista **O Trabalho**. Da revista passou mais recentemente ao **Boletim O Trabalho** de distribuição interna ao partido. Com essa trajetória, em 1985 **O Trabalho** é parcialmente aceito e parcialmente repellido pela Articulação, que é como veio a se auto-denominar a corrente dos "113". Em 85, fruto da impossibi-

lidade de levar a prática a política de alianças definida pela corrente, lançam uma chapa própria para o Diretório Municipal do município de São Paulo e montam uma articulação com outras forças (maior parte do partido em Campinas e uma articulação episódica chamada PT na Capital) para a convenção estadual do partido no estado paulista. Em 86, com base em suas próprias forças, elege um deputado estadual em todo o país (Clara Ant — PT/SP). É após esta vitória que eclode a crise na organização que vai resultar nas duas correntes que descrevemos no início.

Tradição de monolitismo

A análise desta trajetória nos permite chegar a uma conclusão cristalina: **O Trabalho** nunca compreendeu plenamente o PT. De uma visão estreita, sectária ao extremo, girou para a exaltação não somente dos acertos da sua direção majoritária mas principalmente dos seus erros. Indo mais adiante, é possível afirmar que **O Trabalho** também nunca compreendeu sequer o Programa de Transição, escrito por Leon Trotsky em 1939, do qual se reivindica como único depositário quando este afirma que os sectários não sabem distinguir senão duas cores. Até 80 o PT significava a ausência total de perspectivas para a classe operária brasileira na luta pelo socialismo. A partir de 83 se transforma, como que do dia para noite, em seu contrário.

Na verdade, no momento, a diferença da política dos dois setores não é ainda tão grande. Mantém a mesma avaliação dos "113", ambos querem participar. Mas enquanto uns vão se diluir numa "fusão com a corrente do Lula", outros querem manter um quadro orgânico próprio.

Podemos ver traços positivos dos dois lados. O setor que se dilui o faz vinculado a um processo internacional de ruptura com o dogmatismo pseudotrotskyista (ver box) e assume uma posição mais coerente com sua linha de apoio incondicional à articulação do Lula. Mas o setor que se mantém num quadro próprio tem melhores condições de defender suas idéias no partido, de uma forma mais clara, mais transparente. Por outro lado, as diferenças na tática podem ser consideradas como fruto de uma mesma incompreensão.

A origem das dificuldades comuns aos dois setores está, certamente, na visão que começaram a desenvolver desde 1983 de que para construir o PT é necessário estar sempre na corrente majoritária na direção. A discussão de **O Trabalho** aparece assim de cabeça pra baixo: no lugar de se centrar em quais as propostas políticas que devem ser defendidas para o avanço do partido, ela gira em torno de qual tática adotar para participar da "corrente do Lula", como fazer para ser aceito, etc.

O que é difícil para os companheiros de **O Trabalho** entender é que é possível participar lealmente da construção de um partido, dar uma contribuição efetiva, não fazendo parte da corrente majoritária. O PT não é só a sua maioria! Ter divergências, participar de correntes distintas, não significa de nenhuma maneira desqualificar os membros de outras correntes. Provavelmente, esta dificuldade de entendimento por parte de **O Trabalho** tem a ver com a tradição de monolitismo, com a dificuldade de convivência com divergências no interior das organizações que sempre caracterizou a corrente lambertista. Nesta corrente, as divergências sempre se transformaram em rachas, onde os excluídos passavam a ser tratados como pequeno-burgueses, liquidadores, ou ainda de coisas piores. Para o lambertismo, só é possível estar numa organização ou num partido lealmente apoiando sempre a sua maioria.

O Trabalho não é a primeira corrente que entra em crise a partir da dificuldade de relação com o PT, de definição de uma política para sua construção. E o avanço do PT no próximo período, a sua possível organização efetiva através de núcleos com real poder de decisão, a necessária elaboração de linhas mais claras para os movimentos sociais e frentes de intervenção, a sua centralização política num nível mais elevado do que até agora foi conquistado — todos objetivos que são aparentemente comuns a todas as correntes e principais dirigentes do partido — certamente colocará novos e crescentes problemas a outras correntes organizadas no interior do PT.

A divisão internacional

A divisão da corrente **O Trabalho** no Brasil é parte de uma crise internacional da corrente lambertista, a "Quarta Internacional — Comitê Internacional de Reconstrução". Dos 16 membros do Conselho Geral (a direção internacional) da corrente, sete a abandonaram, após a sua reunião de abril (membros do Brasil, do Canadá, da Colômbia, da Inglaterra e da Holanda).

Dentre as divergências mais importantes estão a política no Brasil e a própria construção da Internacional hoje. Pierre Lambert, o principal dirigente da corrente, lançou a idéia de que seria necessário reproclamar ou refundar a IV Internacional, a partir de sua organização (o PCI — Partido Comunista Internacionalista, da França). Sua linha de argumentação é um primor de doutrinarismo semi-religioso e sectário: a IV Internacional fora fundada nos anos 30 em torno de 3 "pilares": a seção russa — destruída depois pela repressão stalinista; a seção norte-americana (o SWP — Socialista Workers Party); e a seção francesa. Ora, o SWP, tendo-se convertido, na sua avaliação, ao castrismo, "apodreceu", provando que é impossível existir qualquer coisa de sadio no interior do Secretariado Unificado. Assim, toda a continuidade ou legitimidade da IV Internacional estaria hoje com a sua seção francesa

— na visão de Lambert, o PCI. Caberia a ele ser a base de uma "reproclamação".

Contra esta visão se colocaram os sete membros do Conselho Geral que romperam com Lambert, liderados por Luis Favre (que atualmente milita no Brasil). Sua perspectiva agora é, segundo podemos entender pelos documentos aprovados, construir uma nova Internacional Revolucionária de Massas a partir da unificação de várias correntes — como o PT brasileiro. Para favorecer este desenvolvimento, procuraram publicar um Boletim Internacional para o intercâmbio internacionalista.

Com este resultado, além de perder várias seções na Europa — como as da Inglaterra e Irlanda, o CIR perde quase tudo o que tinha na América. Mantém aproximadamente a metade da sua seção brasileira (que no entanto já vinha se enfraquecendo há muito) e a identidade de uma parte de sua antiga seção mexicana, a LOM — Liga Obrera Marxista. A LOM havia acabado de definir a sua entrada no PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores — seção mexicana da IV Internacional); uma parte dos militantes continua identificada politicamente com Lambert (embora agora sob a disciplina do PRT, e não do CIR); outra parte identifica-se com os membros dissidentes.

EM TEMPO DEZ ANOS



ERNEST MANDEL

Fraternais saudações internacionais ao EM TEMPO: pelo seu 10º aniversário de ininterrupta circulação. A participação do jornal na construção do Partido dos Trabalhadores torna EM TEMPO: uma valiosa referência para os revolucionários, como fonte de informação e troca de experiência dos trabalhadores brasileiros e latino-americanos.

O desenvolvimento significativo do Partido dos Trabalhadores e sua crescente responsabilidade política neste momento de crise da chamada "transição democrática" coloca novos desafios. Temos certeza e confiança que os construtores da corrente que se referencia no EM TEMPO: estarão na primeira linha, junto com os demais companheiros que edificam o Partido dos Trabalhadores, na busca duma saída democrática e de classe.

É alentador verificar que, após tantos anos de isolamento forçado dos trabalhadores brasileiros, não só permaneceu intacta como se reforçou a busca da solidariedade ativa na luta pela emancipação social e nacional dos povos da América Central, de apoio ao povo palestino, aos trabalhadores dos países capitalistas adiantados e dos estados operários burocratizados. EM TEMPO: empunha resolutamente esta bandeira.

Por tudo isso desejamos longa vida ao EM TEMPO:

Ernest Mandel, economista, consagrado internacionalmente como um dos maiores teóricos marxistas da atualidade, é um dos principais dirigentes da IV Internacional.



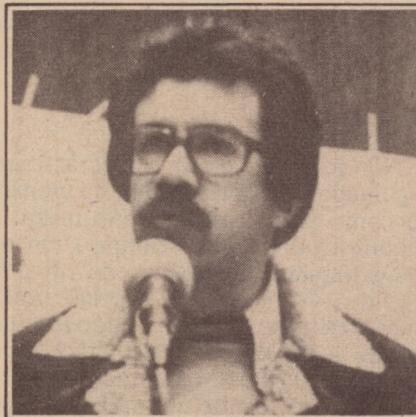
MARTIZALÉM PONTES

Foi em julho de 78, na Avenida Ipiranga, em São Paulo, que vi pela primeira vez o EM TEMPO: numa banca de jornal. O que me chamou a atenção foi a denúncia dos torturadores do tempo da ditadura. De lá para cá, venho acompanhando o EM TEMPO: e me inteirei de sua enorme contribuição para a democratização do país. O debate nas colunas do jornal tornou-se uma contribuição poderosa para que os militantes petistas e cutistas busquem e enxerguem uma alternativa dos trabalhadores na crise brasileira.

Quem trava a batalha da classe operária precisa de um instrumento como o EM TEMPO. Temos que compreender que os patrões só tem interesse em calar um jornal como este. Se queremos ter uma voz própria e uma organização independente, nós, trabalhadores, temos que somar forças para manter e fortalecer o EM TEMPO.

É o meu voto e apelo no 10º aniversário desta trincheira.

Martizalem Pontes é presidente do Sindicato dos Plásticos de São Paulo e membro da Executiva Nacional da CUT.



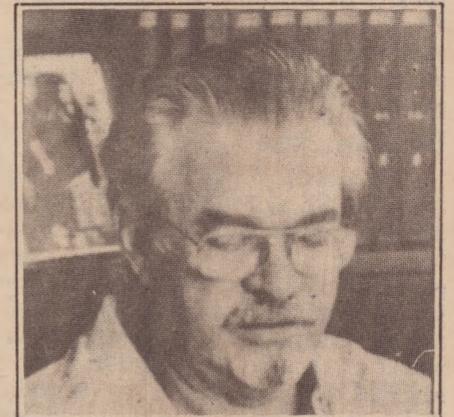
RAUL PONT

EM TEMPO: completa dez anos de luta. São dez anos de combate dos trabalhadores, dos setores populares, dos negros, das mulheres. Desde os primeiros passos da construção do Partido dos Trabalhadores, EM TEMPO: tem sido um espaço pelo qual flui o debate, a informação, a experiência e a proposta política para fazer avançar e consolidar a mais rica iniciativa já realizada pelos trabalhadores brasileiros na construção duma alternativa partidária democrática e de massas.

EM TEMPO: também tem sido extremamente importante na solidariedade às lutas comuns dos trabalhadores de outros países contra a espoliação imperialista, contra a burocracia, pela emancipação social e política dos povos.

Por todos estes motivos, EM TEMPO: não é apenas um patrimônio mas também ferramenta indispensável de todo militante operário. Como membro de seu Conselho de Redação conheço bem suas dificuldades financeiras. Um jornal de trabalhadores só pode ser mantido pelos próprios trabalhadores. Manter o EM TEMPO: é preservar um instrumento político da classe operária, é exercer um direito de legítima defesa dos trabalhadores contra a exploração e a opressão e se torna uma expressão da consciência de classe dos combatentes operários de vanguarda.

Raul Pont, líder da bancada do PT na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, é professor universitário e autor do livro "Da crítica do populismo à construção do PT".



ISAAC ACKELRUD

Estou com o EM TEMPO: e não abro.

Primeiro, porque é uma expressão da autonomia política e independência de classe dos trabalhadores brasileiros. Em seguida, porque nosso jornal não tem a menor pose de dono da verdade, não tem a mínima pretensão à infalibilidade política. Isto cria e alimenta um ambiente fraternal de camaradagem revolucionária em que nos ajudamos mutuamente, nos criticamos e apoiamos num permanente aprendizado. Uma outra razão é que este pequeno jornal, em sua aparente fraqueza, é de fato uma fortaleza internacionalista neste país — afinal de contas, o único modo efetivo e eficaz de identificar-se com o proletariado que não pode ser "de um só país" mas tem que ser de todos os países como já se sabia desde 1848, pelo menos.

Isaac Ackelrud é um veterano jornalista e antigo militante. Ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, acaba de lançar o estudo "Reforma Agrária — A luta pela terra no Brasil".

Perspectivas do movimento sindical no Brasil

Um grande debate na concentração operária de VOLTA REDONDA marcará o lançamento da campanha dos 10 ANOS DO EM TEMPO:

Será em Volta Redonda, Estado do Rio, dia 30.07.87 às 20 hs.

EM TEMPO: Leia e assine

Quero assinar **Em Tempo** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: Cz\$ 500,00 () Normal: Cz\$ 300,00

Nome:.....

Endereço:.....

CEP:..... Cidade:..... Estado:.....

Recorte o cupom e envie juntamente com **cheque nominal** à Editora Aparte Ltda., Rua Francisco Leitão, n.º 57, Pinheiros, CEP 05414, São Paulo, SP.